

## **Emprego e Trajetórias Profissionais: o caso dos diplomados** **Instituto Superior Politécnico de Viseu<sup>1</sup>**

**Luís Nuno Sousa<sup>2</sup>**

### **Resumo**

A dificuldade crescente dos jovens diplomados do ensino superior em aceder ao emprego é um reflexo da evolução da oferta de mão-de-obra qualificada, consequência da expansão do ensino superior e da mutabilidade das características do mercado de trabalho. O investimento em educação e a obtenção de diplomas de ensino superior representam assim, cada vez mais, uma postura de risco, não *garantindo a priori* o acesso ao emprego. Esta questão não pode ser somente colocada ao nível do acesso ao emprego, mas também ao nível do aumento efetivo da precariedade laboral, sobretudo visível numa desclassificação progressiva dos jovens diplomados, particularmente no exercício do primeiro emprego. Este artigo, que se enquadra na análise do processo de transição para o trabalho dos diplomados 2005/06 do Instituto Superior Politécnico de Viseu, apresenta as trajetórias profissionais destes, 18 meses após a obtenção do diploma académico. Paralelamente o enquadramento geográfico desta instituição de ensino superior, tendo presente a realidade nacional, apresenta-se como uma oportunidade de verificar o seu papel no processo de desenvolvimento local, através da capacidade de atração e fixação de mão-de-obra jovem qualificada, a nível regional.

**Palavras-chave:** Ensino Superior Politécnico; Emprego; Transição para o Trabalho; Trajetórias Profissionais.

### **Abstract**

The increasing difficulty of graduates of higher education to access to employment is a reflection of changes in the supply of skilled labor as a result of the expansion of higher education and the mutability characteristics of the labor market. Investment in education and obtain higher education degrees are thus, increasingly, a position of risk, a priori, does not guarantee access to employment. This question can be posed only in terms of access to employment, but also at the real increase in job insecurity, especially visible in the gradual depreciation of young graduates, especially in the exercise of their first job. This article, part of the analysis of the process of transition to employment of graduates in 2005/06 Higher Polytechnic Institute of Viseu, their present course of 18 months after graduation from university. Meanwhile, the geographic scope of this institution of higher education, taking into account the national reality, is as an opportunity to verify their role in the process of local development, with the ability to attract and retain a labor- 'young and skilled work at the regional level.

**Keywords:** Polytechnic Higher Education, Employment, Transition to work; career.

---

<sup>1</sup> Este artigo baseia-se em: SOUSA (2010), *Diplomas e (Des)Emprego: um estudo de caso*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Porto, FLUP.

<sup>2</sup> Professor-Adjunto ESEV-IPV., Doutorado em Sociologia (FLUP), Investigador do ISUP, luissousa@esev.ipv.pt

## **Introdução**

Atualmente os diplomados do Ensino Superior são predominantemente sujeitos a novas formas de emprego, cada vez mais caracterizadas pela precariedade contratual e incerteza face ao futuro profissional. Tendo presente que o trabalho representa uma condição de integração, seleção ou exclusão dos indivíduos nas sociedades, a problemática da transição para o trabalho, por parte dos diplomados do ensino superior, extravasa os parâmetros puramente funcionais do (des)emprego. Eles evidenciam cada vez maior dificuldade em aceder ao emprego, denotando, simultaneamente, uma crescente dificuldade em encontrar empregos enquadrados na área da formação académica obtida, o que levanta a questão do equilíbrio entre oferta formativa, oportunidades e exigências ao nível laboral. Assistimos, atualmente, a um conjunto de desajustamentos entre as qualificações necessárias para os diferentes setores da economia e as qualificações verdadeiramente detidas pelos licenciados.

Durante o século XX assistimos, segundo Vaz (1997) e Givord (2005), a uma erosão do modelo de emprego a tempo inteiro e ao surgimento de formas particulares de emprego. O desemprego<sup>3</sup> apresenta-se hoje como um problema estrutural, assistindo-se a uma diferenciação da intensidade deste movimento entre a Europa e os EUA, que assenta na rigidez dos mercados laborais europeus e num elevado nível de regulação e intervenção pública.

Consequentemente segundo Teichler (2000) assiste-se a uma deterioração do mercado de trabalho para os que não possuem diplomas escolares e o aumento de concorrência pelo emprego, graças a uma diminuição evidente dos custos inerentes à frequência do ensino superior, reflexo das políticas de investimento público de apoio aos estudantes. A aposta na educação deixou, também, de representar uma “vontade política”, para representar, cada vez mais, um reflexo das expectativas individuais e familiares, face ao aumento de exigências do mercado laboral e à desvalorização progressiva dos diplomas.

---

<sup>3</sup> O conceito de desemprego surge, segundo Maruani e Reynaud (1993), no último quartel do século XIX (por volta de 1870) referindo-se fundamentalmente à situação de trabalhadores involuntariamente privados de trabalho, ganhando somente em finais do século XIX características de supressão de trabalho. Para Aznar (1996), com a evolução progressiva dos processos produtivos, principalmente a nível tecnológico, e com o surgimento dos movimentos demográficos naturais das populações (sobretudo ao nível do aumento da população ativa), o desemprego afirma-se progressivamente como uma característica estrutural das sociedades “pós-industriais”.

As dificuldades na transição para o trabalho ganharam, nos últimos anos, dimensões preocupantes, quando se pensa nas consequências sociais que implica, tendo presente, a crescente procura de educação e a hierarquização e regulação da oferta de emprego, que continuam a denotar, de uma forma cada vez mais evidente, dificuldades de absorção de uma mão-de-obra progressivamente mais qualificada. O conceito de transição profissional, tendo presente Rose (1987, 1998), critica a Teoria da Segmentação pelo facto de esta defender a importância central da empresa no mercado de trabalho, afirmando que se deverá ter em consideração igualmente diversos fatores/atores (Estado e entidades empregadoras). Assim, a vantagem da utilização do conceito de transição é o de salientar as dimensões institucionais que circunscrevem este processo, elevando-o a nível macro, desviando-se assim da perspectiva da Teoria do Capital Humano ao assumir que este processo é, fundamentalmente, um entrelaçar de períodos de formação, emprego e desemprego. Salienta, simultaneamente, que existe uma dinâmica de socialização onde se constrói a relação entre educação, trabalho/emprego e suporta a inserção dos indivíduos nas relações laborais. Para Lefresne (2003), a transição para o trabalho constitui paralelamente um campo de observação privilegiado de evolução dos comportamentos sociais entre géneros, constituindo-se, como um dos mais importantes vetores de análise socioeconómica na comunidade científica, até porque influi diretamente no funcionamento económico e social das sociedades, sobretudo das populações mais jovens, justificando a sua contemporaneidade analítica.

Assim, o conceito de transição, além de envolver os diversos atores sociais, indivíduos, família, instituição formadora, mercado de trabalho e Estado, apresenta-se como um fenómeno pluridimensional e multifacetado, arrastando-se temporalmente, com consequências diretas na vida pessoal e social dos indivíduos, sobretudo no que respeita à sua passagem à vida adulta. Mais do que um processo delimitado por questões económicas, a transição para o trabalho apresenta-se fundamentalmente como um processo de carácter social, indutor ou redutor de trajetos de vida, cada vez mais díspares dos projetos e expectativas iniciais dos mais jovens quando acedem ao ensino superior. Assim, a área científica do curso, as características da instituição de ensino, os contornos de procura de emprego, e as dinâmicas do mercado de trabalho (recrutamento e integração profissional) influenciam decisivamente os primeiros anos da vida ativa dos jovens diplomados.

Gautié (2003) apresenta, a nível estrutural, três tipos de transição: emprego-emprego, emprego-desemprego e desemprego-desemprego e avança com o conceito de transições

involuntárias, como forma de caracterizar a subjetividade que circunscreve, cada vez mais, o processo de transição para o trabalho. Esta proposta tem a vantagem de acrescentar à análise o conceito de transição involuntária, salientando a pertinência da questão da qualidade de emprego como aspeto determinante neste processo. Incide a atenção sobre a efetiva qualidade do emprego, medida pela disponibilidade dos indivíduos para mudarem de emprego ou desistirem do emprego detido e também pelo facto de questionar quais as características que potenciam carreiras, e equaciona a possibilidade de existirem cada vez mais trajetórias de transição inacabadas, como demonstram a instabilidade e precariedade crescente que caracterizam os mercados de trabalho, sobretudo nos níveis mais desqualificados. Esta problemática situa-se assim numa perspetiva determinista, contrapondo-se à perspetiva «*Téléologique*», tendo presente que a primeira se refere à transição como um processo fundamentalmente determinado pelas características individuais e a segunda defende que as transições são voluntárias e determinadas pelo sistema de motivação com o qual o indivíduo se confronta.

Para apresentar conceptualmente os diversos trajetos que caracterizam este processo, Rose (1998) e Nauze-Fichet e Tomasini (2005) definem, em termos temporais, três tipos de transições: as transições rápidas, as transitórias e as contínuas/crónicas. Esta perspetiva centra-se, sobretudo, no tempo de acesso a um emprego e a uma estabilidade da situação profissional efetiva, tendo o mérito de hipotecar a ideia do emprego para a vida, e abrangendo principalmente os que detêm uma posição mais débil no mercado de trabalho (possuem baixas qualificações).

O êxito da transição, como podemos observar, varia consoante as perspetivas. Teichler (2005) refere que, para falarmos em sucesso a este nível (transição suave), temos que assistir a movimentos regulares de acesso ao primeiro emprego e a primeiros anos de experimentação profissional com baixos níveis de desemprego, uma proporção baixa de emprego precário e não corrente (*part-time*, ocasional) e êxito dos diplomados em termos verticais e horizontais (relação formação/emprego elevada). A progressiva aquisição de experiência profissional apresenta-se aqui como um fator central neste processo, verificando-se que a categoria de inexperiente é mais pertinente do que a de jovem e o critério de antiguidade de mercado de trabalho é mais operativo do que o da idade: “(...) *l'influence de l'expérience varie énormément selon les secteurs d'activité et les types d'emplois et, combien il est simpliste de supposer que l'expérience est un*

*critère majeur et homogène dans toutes les situations professionnelles.*” (Rose, 1998: 216).

As teorias do dualismo e da segmentação do mercado de trabalho, posicionadas no paradigma institucionalista, permitem uma outra leitura das relações entre a escola e o mundo do trabalho. A teoria da segmentação do mercado de trabalho, tendo presente Doeringer e Piore (1971) e Piore e Berger (1980), vem impor uma nova perspectiva a toda esta problemática. Esta teoria abandona a perspectiva de ajustamento automático entre oferta e procura de trabalho, representando o mercado de trabalho como uma articulação de cadeias de mobilidade nas quais a mão-de-obra se insere e não como um mecanismo que distribui aleatoriamente as pessoas pelos empregos. Assim, a segmentação do mercado de trabalho “(...) *répond donc à un double processus d’externalisation de certaines tâches et de flexibilisation des modes de gestion de la main-d’œuvre.*”(Giret, 2000: 101).

A teoria da segmentação refere-se ao mercado de trabalho (os mercados são formas sociais, organizadas pelas instituições ou acordos coletivos) como um sistema dividido, onde cada segmento possui os seus critérios próprios de contratação, promoção, níveis de salário e trabalhadores diferenciados. Afirma a existência de duas subdivisões, no mercado de trabalho: um setor primário, que agrupa os empregos mais bem remunerados, mais estáveis, sendo os seus membros os mais privilegiados ao nível da população ativa, e um setor secundário, caracterizado por particularidades inversas, indivíduos em desvantagem, com empregos mal remunerados e instáveis. Rejeita muitos dos pressupostos da teoria do capital humano, ao assumir que existem vários mercados de trabalho, cada um com especificidades ao nível do recrutamento, promoção e remuneração, além de assumir a existência de um mercado primário (empregos estáveis, bem remunerados, boas condições laborais e possibilidade de promoção) e um mercado secundário, que representa o oposto.

O conceito de mercado local deve ser equacionado nesta perspectiva. Coupié e Mansuy, (2006) acrescentam ainda que o contexto geográfico possui a nível micro, importância para a vida individual e ao nível da educação/formação (habilidades de trabalho, competências e capacidades); a nível macro, refere-se, sobretudo, à relação

sistema educativo e mercado de trabalho. Esta questão tem particular importância tendo presente o contexto geográfico que envolve a nossa vertente empírica<sup>4</sup>.

### Questões Metodológicas

A população em análise é constituída pelos finalistas do ano letivo 2005/06, e pelos diplomados que terminam as respetivas licenciaturas até setembro de 2006 sendo a nossa questão de partida perceber como se processa a transição para o trabalho destes, após a saída do sistema de ensino superior.

Em termos empíricos abarcamos os seguintes cursos do ISPV: Comunicação Social (CS) da Escola Superior de Educação de Viseu e da Escola Superior de Tecnologia de Viseu os cursos de Gestão de Empresas (GE), Gestão Comercial e da Produção (GCP), Turismo (T), Contabilidade e Administração (CA) e as diversas Engenharias: Madeiras (EM), Ambiente (EA), Eletrotécnica (EE); Informática e de Sistemas (EI), Civil (EC), Mecânica e da Produção (EMGI). Por uma questão de simplificação analítica, salvaguardamos desde já que estes cursos serão, a partir deste momento, referidos pelas suas iniciais.

A estratégia metodológica, em termos das técnicas de recolha e tratamento da informação, assenta na interligação e complementaridade entre um inquérito por questionário aos finalistas e outro aos diplomados, entrevistas semidiretivas a diplomados e a coordenadores dos cursos, além da incontornável análise documental<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Tendo presente dados do INE (1991, 2001), a região centro caracteriza-se economicamente por apresentar dinâmicas de criação de emprego nos setores secundário e terciário, associadas a um declínio do setor primário. Sendo os preços dos terrenos simbólicos e dotados, muitas vezes, de infraestruturas, assiste-se a um incremento de empresas nas áreas industriais e de construção e finalmente a uma diversificação em termos de setores de atividade e especialização em indústrias de transformação (confeções, metalomecânica, indústria automóvel e componentes, produtos para o lar e produtos alimentares são os mais representativos e com exportação). Apesar disso, o tecido empresarial é diversificado, possuindo empresas com elevados níveis de competitividade, mas globalmente pouco evoluído tecnicamente e com características de pequena e média dimensão. A produtividade da região, tendo presente os dados do INE (2006c; 2008g), tem-se revelado inferior à média nacional. Em termos globais, as atividades económicas dominantes no distrito de Viseu, tendo em conta o emprego que proporcionam, situam-se na indústria têxtil, na indústria da madeira e da cortiça e na indústria alimentar, bebidas e tabaco.

São dignos de destaque os casos pontuais da indústria automóvel (Mangualde) e da indústria metalúrgica de base de produtos metálicos (Tondela e Viseu). Nos Serviços, destaque para o Turismo, alicerçado na exploração de um rico património histórico e monumental e também nas potencialidades termais (ex: São Pedro do Sul). No setor primário, salientam-se a avicultura, a produção de vinho e a floresta. Confirma-se a contração do setor primário, onde se continuam a salientar as explorações de cariz familiar. Contudo, segundo INE (2009), os fracos níveis de formação das pessoas a nível regional podem constituir limitações ao crescimento e desenvolvimento.

<sup>5</sup> Foi assim estabelecido a seguinte cronologia metodológica: o primeiro momento ocorreu em maio de 2006, com a aplicação de um inquérito por questionário aos finalistas, em dezembro de 2008 (num segundo

Com o objetivo de tipificar as trajetórias profissionais iniciais dos licenciados, foi aplicada ainda uma técnica de análise multivariada em que se conciliou a análise fatorial de correspondências múltiplas (AFKM) e a análise classificatória (AC), sendo utilizado no seu tratamento estatístico o programa informático *SPAD – Logiciel d’ analyse des donnés*, seguindo a linha de investigação já utilizada em Parente (2003), Veloso (2004) e Gonçalves (2009).

A pertinência da aplicação da AFKM deve-se ao facto de permitir identificar estruturas de associação entre as variáveis, tratando-se de um procedimento de análise relacional das diferentes variáveis que caracterizam os sujeitos, procede-se ao agrupamento dos indivíduos em diversos tipos (grupos ou classes) de trajetórias profissionais. A análise assenta, conseqüentemente, na “(...) *constituição de agrupamentos por combinatórias das incidências das frequências simples das variáveis, os quais foram ponderados em função do significado dos valores das variáveis no quadro dos objetivos de pesquisa (...)*” (Veloso, 2004: 560).

A descrição destes grupos ou classes permite aceder, por um lado, à identificação das suas especificidades, obtida a partir das associações entre os valores ou modalidades das variáveis em análise e, por outro, à visualização do posicionamento relativo de cada grupo, assim como às relações de proximidade e afastamento entre eles.

Para além das variáveis referidas, há um conjunto de outras, também de caracterização do percurso profissional, que não foram consideradas, de modo a contornar a excessiva diferenciação e heterogeneidade que as mesmas introduziriam na análise, dificultando a classificação das trajetórias. Referimo-nos, em particular, às questões relativas à formação profissional realizada, à classificação/média final da licenciatura e aos setores de atividade de exercício profissional, que, contudo, não foram negligenciados ao nível da análise descritiva simples, em SPSS.

---

momento analítico), incluímos a entidade formadora no processo de análise, realizando entrevistas semiestruturadas a coordenadores ou responsáveis dos cursos em causa. Num terceiro momento (ocorrido em maio de 2008), foram aplicados os inquéritos por questionário aos diplomados, colocados durante três semanas *On-Line* e finalmente, e num quarto momento (ocorrido em setembro de 2008), realizam-se as entrevistas aos diplomados, selecionados segundo percursos profissionais. Estes últimos dois momentos constituem a base dos resultados apresentados no presente artigo.

Nota para o facto de, operacionalmente, constituírem as formações em análise as que analiticamente (face às suas características) permitiam uma análise efetiva do processo de transição para o trabalho e o questionamento das trajetórias profissionais iniciais. Assim, os cursos de educação (formação de professores e restantes cursos da Escola Superior de Educação de Viseu, que por serem muito recentes e pelas características não reuniam condições de análise) e o curso de enfermagem não reuniam condições analíticas, face à linearidade da aplicabilidade destas formações no mundo laboral. Já o caso da Escola Superior Agrária de Viseu, pelas particularidades que encerrava (limitação na oferta formativa) e pelo diminuto número diplomados/alunos, foi assumidamente colocado de parte. Reconhecemos, desta forma, que a opção de analisar estes cursos decorreu na base da sua funcionalidade e particularidades face ao emprego.

No caso da análise fatorial de correspondências múltiplas, as tipologias têm como base o dendrograma e descrição da partição em classes/grupos – apresentação gráfica em forma de dendrograma ou “corte” da árvore que define o número de classes obtidas. Na sua base encontram-se todos os indivíduos e, no topo, a agregação completa dos mesmos (Velo, 2004). Através da visualização das diferentes partições, e de acordo com os objetivos da pesquisa, optou-se pelo agrupamento mais adequado. Esta metodologia foi comum a todas as análises AFCM apresentadas a partir daqui.

### Caracterização profissional dos diplomados

De forma a ser possível traçar as trajetórias profissionais iniciais dos diplomados<sup>6</sup>, exige-se um esforço de sistematização que estabeleça o ponto da situação face aos dados anteriores, sobretudo dos diplomados que viram a sua situação alterar-se relativamente ao seu primeiro emprego obtido ou face ao exercido no último ano do curso. Aqui procede-se à comparação dois momentos de inquirição (aos finalistas e aos diplomados), os dados absolutos serão apresentados em coluna.

**Quadro 1 – Situação profissional atual por curso (%)**

Situação Profissional Atual	CS	GE	GCP	T	EA	EI	EC	EE	EM	EMGI	CA	Total
1	0	0	0	7,7	0	0	0	0	0	0	0	1,2
2	58,3	50	100	61,5	60	100	50	40	100	100	50	63,5
3	8,3	10	0	7,7	20	0	12,5	0	0	0	25	8,2
4	20,8	40	0	23,1	0	0	37,5	60	0	0	25	22,4
5	12,5	0	0	0	20	0	0	0	0	0	0	4,7
<i>N</i>	25	10	5	13	5	6	8	5	3	2	4	86

**Legenda:**

- 1 – Encontro-me desempregado entre 1-6 meses e não exerci qualquer tipo de emprego regular após o desempenhado no último ano do curso;
- 2 – Mantive o emprego e a situação profissional (mesmas funções/categoria profissional e condições de trabalho);

<sup>6</sup> Num total de 354 inscritos finalistas em 2005/06 obtivemos a participação de 244 finalistas, constituindo 68,9% dos inscritos no ano letivo de 2005/06; deste grupo, somente acedemos a 43,7% diplomados que responderam 18 meses depois de terem terminado a licenciatura.



- 3 – Mantive o emprego detido, mas alterei situação profissional (funções, categoria profissional e/ou condições de trabalho diferentes);
- 4 – Possuo um novo emprego;
- 5 – Encontro-me desempregado.

Desta forma e na sua totalidade, segundo quadro 1, 63,5% dos diplomados mantêm o emprego e a situação profissional, destacando-se os cursos de EMGI, EM, EI e GCP (100%), salientando-se os *Especialistas das profissões intelectuais e técnicas*, 22,4% possuem um novo emprego (EE, GE e EC) e 8,2% dos indivíduos mantêm emprego mas alteraram circunstâncias do seu exercício (CA, EA e EC). Por outro lado, 22,4% possuem um novo emprego (EE, GE e EC), mas que, em termos práticos, não implica uma mudança significativa nos contornos laborais desta população, são sobretudo *Especialistas das profissões intelectuais e técnicas* (57,9%), trabalham a *tempo inteiro* (94,7%), têm *contratos a termo* (55,6%), ganham entre 801-1500 Euros (57,9%), trabalham preferencialmente na *Banca e Seguros* (21,1%), localizadas em *Viseu* (57,9%). Finalmente, 8,2% dos indivíduos mantêm o emprego mas alteraram circunstâncias do seu exercício, sendo que 71,4% são *Especialistas das profissões intelectuais e técnicas* (EE, EC, CA e GE, salientam-se os Bancários – C e GE; e Engenheiros Técnicos – EC) e exercem a *Tempo inteiro* (100%). São sobretudo *Funcionários efetivos* (57,1%) e auferem entre 601-1500 Euros (57,1%) e trabalham em organismos preferencialmente entre 50-199 trabalhadores ou com mais de 500 trabalhadores com 28,6%) e localizadas no distrito de *Viseu* (71,4%), “(...) *costumo dizer a colegas meus que estão em pequenas empresas que é uma perda de tempo, porque não evoluem muito, (...)*” (ENTRV I).

Verifica-se assim que, independentemente de alterarem a posição detida ou alcançarem um novo emprego, é sobretudo o tipo de formação académica que define muitos dos percursos, mais do que a experiência profissional, sendo mesmo a área do diploma que detém particular pertinência nestes percursos.

Na perspetiva de Teichler (2007), que se refere à dimensão horizontal na forma de analisar a relação entre formação académica e emprego, assente numa ligação entre campos de estudo e conhecimento (entre área de trabalho e tipo de tarefas), destacam-se, nas áreas de engenharia, EMGI/EI/EC e EE (com níveis elevados de ligação entre formação académica e emprego, apesar de condições precárias no exercício, sendo o exemplo mais visível EC, ao nível do rendimento – já referido anteriormente – e EE,

com a instabilidade de colocações no ensino). Mas nem todas as áreas refletem este movimento. Nas áreas de engenharia destacam-se pelas dificuldades evidenciadas os cursos de EA e EM (taxa elevada de desemprego e baixos níveis de relação formação académica e emprego), nas áreas de GE, GCP (apesar de das altas taxas de empregabilidade) e, numa posição intermédia, GE. Nas áreas de CS e T, a situação apresenta-se complexa, com níveis de desemprego elevado, salientando-se o de inserção e baixos níveis de relação formação académica/emprego para os que afirmam desempenhar uma atividade regular. Estas ilações são confirmadas pelo nível de procura ativa de emprego dos que afirmam exercer uma atividade regular a tempo inteiro.

Verifica-se que 48,3% reconhecem procurar novo emprego (EA – 85,7%, EE – 80% e EM – 66,7%). Porém 38,2% não procura; estes são, sobretudo, os que afirmam exercer funções próximas da área de formação académica.

Quanto às justificações destas posições, 23,4% não respondeu, 17% declaram que procuram *Emprego que corresponda à formação* (GCP – confirma ilações anteriores; EE – confirmam situação alternativa da docência), 14,9% afirma que procuram *Emprego que permita um projeto de carreira* (EC – atesta as condições débeis vividas num trabalho, apesar do nível elevado da relação formação académica/emprego; EE e EM), 12,8% porque se encontram *Desempregados* (T – 25%; EE – 20%; EA e T com 14,3% confirmam dados anteriores) e finalmente 10,6% asseguram que o objetivo é encontrar um *Emprego que permita estabilidade* (CA) e um *Emprego melhor remunerado* (EI), o que reafirma a ideia, já defendida anteriormente, que mesmo os que afirmam exercer as atividades mais qualificadas têm condições de exercício laboral longe das ideais.

Estes resultados confirmam que são os que possuem situação laboral mais débil (CS, T, EA, EE e EM) que apresentam percentagens de desemprego mais elevadas e que se apresentam mais ativos na procura de emprego, o que, tendo presente Gaudié (2003), confirma uma frágil relação entre formação académica e emprego ou simplesmente um descontentamento com a situação profissional vivida, não esquecendo que o fim da transição só ocorrerá após se atingir a estabilidade de emprego, assente na durabilidade do mesmo.

De salientar ainda situações que elevam este movimento a níveis de disponibilidade extrema: “(...) *se não há a nível regional, uma pessoa tem que começar a procurar por longe (...)* Vou partir para um projeto no estrangeiro (...) *tenho em mente procurar e*

*sei que há ofertas... fora da área, sejam elas trabalhar num aeroporto, trabalhar num hotel (...) Será o que calhar.?” (ENTRV D).*

Tal contexto é confirmado pelos baixos níveis de formação profissional. Verifica-se que somente 22,5% dos diplomados asseguram ter recebido formação profissional no trabalho (GCP, EMGI e CA). Contudo estes casos não exteriorizam uma especialização formativa; é mais de carácter geral e de adaptação ao trabalho (Atendimento ao cliente; Inglês) e por vezes em área díspares da formação inicial (Ex: Técnico de vendas – CA; Costureira – EM). Genericamente, existe pouco investimento por parte das entidades empregadoras na especialização profissional dos diplomados, permitindo questionar a qualidade do trabalho exercido e dando força a indicadores anteriores onde é evidente a frágil relação entre formação académica obtida e emprego exercido por parte dos muitos destes diplomados.

Essa situação é ainda reafirmada pela fraca mobilidade profissional (78,3% somente exerceram até ao momento um emprego), que poderá ser reflexo do próprio mercado de trabalho ou incapacidade de alterar situação detida, eventualmente consequência da origem social, comprovada pelos elevados índices de aceitação da primeira oportunidade de emprego. Dos que acederam ao primeiro emprego, 72,2% mantêm-no, sendo que os restantes saíram sobretudo por *Iniciativa própria* (42,9% – saliente-se CS e EC) ou por *Cessação de contrato a termo* (35,7% – salientando-se EE e GE), contudo destes 75% referem ter *Acedido de imediato a novo emprego*, o que explica o facto de não terem recorrido ao subsídio de desemprego. Quanto ao período de permanência no primeiro emprego, os resultados asseguram que ele foi mantido até 12 meses (27,8%).

Os factos confirmam as dificuldades já referidas e são comprovados pelo indicador *Ordenados em atraso* (7,1%) o que aponta para que a precariedade é mais evidente em termos de rendimento e contrato (contratos a termo certo, principalmente, mas também situações de recibo verde, sem contrato e na situação de estagiário) de que, por vezes, ao nível do tipo de profissão exercida. Mesmo os que detêm posições mais coerentes com a formação académica, denotam instabilidade, destacando-se novamente o curso de EC, a que se junta aos já visíveis T, CS e EA como as formações que mostram mais dificuldades ao nível do primeiro emprego).

## Diplomas e Desemprego

Tendo presente Béduwé e Giret (2004), Gonçalves, Parente e Veloso (2004) ou Gonçalves (2009) que apontam as áreas científicas mais expostas ao desemprego, interessa-nos explorar os efetivos índices de empregabilidade exteriorizada pelos diplomados, a nível da Formação Geral (letras, línguas, ciências humanas, direito, serviços).

**Quadro 2 – Desemprego por curso (%)**

	CS	GE	GCP	T	EA	EI	EC	EE	EM	EMGI	CA	Total
Desemprego após saída do sistema de ensino	25	30		28,6	41,7			25			22,4	25
Desemprego após primeiro emprego regular	27,8	16,7	0	33,3	33,3	0	37,5	33,3	0	0	0	23,8
Desemprego atual	12,5				20							4,7
<i>N</i>	<i>31</i>	<i>15</i>	<i>5</i>	<i>19</i>	<i>12</i>	<i>6</i>	<i>8</i>	<i>6</i>	<i>3</i>	<i>2</i>	<i>4</i>	<i>111</i>

Verifica-se assim, ao nível do exercício laboral, que 25% não acedem ao primeiro emprego regular – EA, GE, EE e CS - 23,8% após o primeiro emprego regular – EC, T, EA e EE e 4,7% atualmente – EA e CS, situação tanto mais grave quando recordamos Bruyère e Lemistre (2005), que demonstram que as inserções mais longas (tempo de acesso ao primeiro emprego, número de meses desempregado) conduzem, menos frequentemente, a um emprego adequado.

**Quadro 3 – Cursos do ISPV com maior número de diplomados desempregados inscritos em 2007 no Centro de Emprego por ano letivo**

CURSOS	2003/04	2004/05	2005/06
Diplomados de Eng. Ambiente	31	37	29
Inscritos no C. E.	26	13	21
Diplomados de Gestão de Empresas	41	28	33
Inscritos no C. E.	41	33	20
Diplomados de Comunicação Social	44	46	42
Inscritos no C. E.	30	38	43
Índice de sucesso	55%	50,6%	59%
Total de Diplomados (N)	902	840	852

Fonte: OCES (2007); GPEARI (2007)

O quadro 3 evidencia dois aspetos fundamentais: que a problemática aqui tratada só recentemente é alvo de preocupação e representatividade evidente das autoridades estatais (somente existem dados a partir do ano letivo de 2002/2003) e os seus dados trazem maior profundidade analítica aos resultados obtidos no quadro anterior.

Estes dados estatais apontam para que os diplomados de GE, CS e EA apresentam dificuldades em aceder ao primeiro emprego e que a inscrição no centro de emprego continua a representar uma das estratégias mais utilizadas no acesso ao emprego, permitindo paralelamente questionar a pertinência da origem social neste processo. Saliente-se que no final de 2007<sup>7</sup>, EA possui 27 inscritos, CS – 41 e GE – 40; em junho de 2008 GE tem 24 inscritos, EA – 21, não surgindo CS; em junho de 2009, EA apresenta 21 inscritos, não surgindo referenciada qualquer um das outras duas formações académicas, de acordo com os números do GPERI (2007; 2008; 2009). Esta situação pode ser explicada pelo facto de, a partir de 2007, este tipo de análise estatal só incluir os cursos com mais de 60 diplomados por ano e por formação académica, quando antes desta data, o valor mínimo era de 20 diplomados. Isto implica que se possa questionar se estas formações não continuam, ainda hoje, a denotar estas dificuldades. De salientar que dos três cursos aqui representados devemos salientar o de CS que apresenta valores ascendentes, contrariamente a GE que apresenta um sentido

<sup>7</sup> Estes dados incluem sempre valores relativos aos diplomados nos últimos três anos letivos anteriores à data a que se referem.

contrário, de redução de inscritos no centro de emprego, embora esta tendência possa ser o reflexo da diminuição do número de diplomados durante este período.

Esta realidade possui, paralelamente, consequências a nível pessoal na vida dos indivíduos, comprovada pelo facto de 68,4%<sup>8</sup> dos diplomados residirem ainda com os progenitores, o que se compreende, pelas origens sociais e pela tendência já verificada em Teichler (2007) e Martins, Mauritti e Costa (2005). Enquadrando-se na perspetiva de Iannelli e Soro-Bonmati (2006) sobre o Modelo Mediterrânico da Juventude (caracterizado por trajetórias escolares longas, dificuldades ao nível do primeiro emprego.

Importa referir, contudo, que a pouca representatividade numérica dos cursos de EI e CA impediu que os resultados alcançados apresentassem uma maior representatividade analítica, já que foram os diplomados destas áreas científicas que apresentaram transições para o trabalho mais fluidas e com condições de exercício laboral favoráveis. Perante estes resultados, foi possível traçar as trajetórias profissionais que iremos identificar e analisar de seguida.

### **Emprego e Trajetórias Profissionais**

Consideramos aqui, que o conceito de trajetória nos permite interpretar os percursos de aprendizagem e profissionais como resultado da articulação entre as estruturas sociais objetivas, que a determinam, e a ação social do sujeito, relativa à margem de liberdade e de escolha de que este dispõe na orientação da sua vida; deste modo, ao nível educativo, formativo e profissional, a trajetória constitui uma “(...) *articulação entre a estrutura do mercado de trabalho e o percurso socioeconómico e educativo dos indivíduos (...)*” (Paul, 1989: 107).

A trajetória é um percurso que se inicia com a entrada na vida ativa e se prolonga até ao emprego atual. É precedida da frequência do sistema de ensino formal e inclui a eventual realização de cursos de formação e de atividades profissionais complementares, a análise dos movimentos de mobilidade escolar e social, a origem social e o lugar de classe, atendendo, em particular, à natureza do vínculo contratual.

---

<sup>8</sup> Confirma-se esta situação: dos que afirmam não ter acedido ao primeiro emprego, 68,4% dos jovens entre os 23-30 anos afirmam viver ainda com progenitores.

A análise SPAD veio não somente confirmar tendências já verificadas, mas também ordenar em classes, permitindo, de uma forma mais efetiva, circunscrevê-las e caracterizá-las de forma objetiva. Podemos agrupá-las em três grandes grupos<sup>9</sup>:

**Quadro 4 – Tipo de trajetórias profissionais**

<i>Classe</i>	<i>Características da classe</i>
Classe 1 (40,5%), <i>Trajetórias Funcionais</i>	<p>É constituída pelos diplomados que eram estudantes a tempo inteiro (93,3%, sendo que os restantes 6,7% executavam atividades ocasionais). Acederam na sua totalidade ao primeiro emprego regular, que mantêm em 97,7% dos casos. 62,2% afirmam ter demorado entre um a seis meses a aceder ao emprego e somente 20% entre sete a doze meses.</p> <p>Quanto à sua caracterização profissional, verifica-se que 84,4% trabalham por conta de outrem, 13,3% são trabalhadores independentes, 53,3% possuem contrato a termo certo e 13,3% afirmam ser funcionários efetivos (no mercado público).</p> <p>No que respeita ao rendimento, 35,5% afirmam receber entre 401-600 Euros e 26,6% entre 601-800 Euros. Estes dados denotam uma diversidade ao nível dos contratos e rendimentos baixos, apesar de, relativamente à profissão exercida, se verificar que 51,1% são Especialistas das profissões intelectuais e técnicas e 24,4% do Pessoal Administrativo.</p> <p>Estes dados não distinguem áreas científicas, apresentando uma diversidade evidente; de salientar, somente, a representatividade de 11,1% do curso de Gestão Comercial e da Produção.</p> <p>No que respeita à caracterização da entidade empregadora, 55,5% situa-se em Viseu e 13,3% em Aveiro, o que confirma a concentração dos diplomados preferencialmente na região: 77,7% trabalham em empresas privadas, sendo que 26,6% o faz em Indústrias Transformadoras, 22,2% no ramo dos Intermediários (prestação de serviços) e 11,1% em Serviços Públicos e Privados.</p>

<sup>9</sup> De destacar, ainda, a Classe 4 com uma representatividade de 30,6%. É constituída por dois grupos distintos, (esta concentração de duas populações na mesma classe é explicada pela estrutura do inquérito): os que não acederam ao primeiro emprego (já que 55,8% afirma estar *À procura do primeiro emprego*), constituindo o que apelidamos de *Suspensas*; além desta população, verifica-se a presença, nesta classe, dos trabalhadores-estudantes que não viram alterada a situação laboral detida no seu último ano de formação académica, evidenciando um imobilismo profissional e, pelo menos até ao momento, uma não rentabilização do seu novo estatuto académico - *Híbridas*. De destacar ainda a Classe 5 (1,8%) que apelidamos de *Precárias*. São constituídas por *Desempregados-após primeiro emprego de curta duração; Tempo de permanência no primeiro emprego: 3-6 meses-100%*.

	<p>São entidades que em termos de dimensão em 20% dos casos possuem mais de 500 trabalhadores, o que levanta a questão das práticas de gestão da inserção dos jovens sob formas precárias de emprego como defende Lochet (1997). Esta ideia é confirmada pelo facto de 53,3% afirmarem procurar ativamente emprego, o que comprova as condições de trabalho já referenciadas (limitações evidentes a nível contratual e de rendimento), reforçando a ideia da instrumentalização do emprego e de um acesso possível ao mercado laboral, levantando novamente a questão da origem social que pode ter potenciado a necessidade de acessos rápidos, na zona geográfica de origem e exteriorizando condições laborais débeis, o que conseqüentemente explica a procura de um novo emprego.</p>
<p>Classe 2 (12.61%), <i>Trajetórias Evolutivas</i></p>	<p>É constituída pelos trabalhadores estudantes que efetivamente mudaram de emprego e pelos que mantiveram o emprego mas alteraram a situação de exercício laboral, que abarcam, sobretudo, duas áreas económicas: a do comércio e dos serviços (principalmente a nível bancário).</p> <p>Verifica-se, assim, que a sua totalidade possuía um emprego regular antes de terminar a sua formação académica; 42,8% asseguram já ter exercido dois empregos e nunca terem estado desempregados, denotando maior experiência profissional; a maioria (85,7%) exerce por conta de outrem e são, sobretudo, Especialistas das profissões intelectuais e técnicas (42,8%), Vendedores sem contrato (35,7%) e Pessoal dos serviços (28,5%).</p> <p>À data do inquérito, Maio de 2008, 71,3% possuem um novo emprego, sendo que 50% a ele acedeu, em 2007, comprovando o que já tinha sido referido – que o diploma poderá ter proporcionado, a estes diplomados uma melhoria da sua situação profissional, pois 28,5% mantêm o emprego, mas alteram a sua situação laboral. Esta questão é confirmada quando se verifica que 64,2% (o que representa acréscimo de 22,5%) são Especialistas das profissões intelectuais e técnicas e 21,4% Pessoal dos Serviços (Técnico de vendas, Caixa de banco).</p> <p>Ao nível das condições laborais verifica-se que 50% auferem entre 801 e 1500 Euros; trabalham maioritariamente no Distrito de Viseu (50%), em entidades empregadoras com mais de 500 trabalhadores (28,5%) e, sobretudo, no ramo de atividade dos Serviços públicos e privados (21,4%). Como a maioria (71,4%) declaram não procurar emprego, podemos comprovar a existência de um efetivo projeto de carreira neste movimento, equacionando-se simultaneamente a questão da integração profissional.</p>



	<p>Esta classe mostra que o diploma revela situações de indivíduos que já exercem uma profissão regular antes de terminarem as suas formações superiores e possuem uma efetiva experiência profissional, quer ao nível dos que mantiveram o emprego quer nos casos de alteração efetiva de emprego, permitindo-nos equacionar a consolidação e/ou desenvolvimento de carreiras profissionais.</p>
<p>Classe 3 (14,41%), <i>Trajétórias</i> <i>Instáveis</i></p>	<p>É constituída na sua totalidade por estudantes a tempo inteiro, dos quais 68,75% demoraram entre um a seis meses a aceder ao primeiro emprego regular. Isto implica que o problema não foi efetivamente o acesso ao emprego, mas sim a que tipo de emprego, e à instabilidade laboral vivida.</p> <p>Assim, refira-se que 25% são Estagiários, trabalham sobretudo por conta de outrem (81,2%), a tempo inteiro (93,7%), em empresas privadas (75%). 18,75% são Jornalistas, com Rendimento entre 801-1500 Euros (50%), localizados em Viseu (68,7%). Contudo, 37,5% deixam o primeiro emprego por iniciativa própria; destes, 37,5% permaneceu aí entre 7-12 meses e 31,2% entre 3-6 meses. 43,7% atestam ter exercido dois empregos, apesar de 50% declararem nunca ter estado efetivamente desempregados e 31,2% afirmarem que somente uma vez se encontraram nesta situação.</p> <p>À data do inquérito, Maio de 2008, 18,7% encontram-se desempregados e 56,2% possuem um novo emprego. 37,5% acederam a este emprego em 2007 e 25% em 2008. 87,5% trabalham por conta de outrem, sobretudo no Distrito de Viseu (62,5%), 62,5% são Especialistas das profissões intelectuais e técnicas, 18,7% Trabalhadores não qualificados, com rendimentos entre os 601-800 Euros (37,5%) e os 801-1500 Euros (56,2%).</p> <p>Exercem nas áreas de Comunicação e informação e Construção e Obras Públicas, ambas com 18,7%. No que respeita à dimensão da entidade empregadora, 18,7% possuem entre 1-4 trabalhadores, valor que se repete para empresas entre 10-49 trabalhadores, quanto ao vínculo 62,5% são trabalhadores independentes.</p>

### **Conclusões**

Os diplomados que apresentam trajetórias profissionais híbridas (imobilismo profissional), são sobretudo trabalhadores-estudantes que não viram alterada a sua situação laboral e nunca estiveram desempregados (salientando-se os diplomados de EI, EMGI, CA e T). Esta manutenção da situação laboral, após a obtenção do diploma, pode refletir uma estruturação da vida pessoal, como transparece do facto de a maioria

destes diplomados afirmar ser casado e viver com o cônjuge. Quanto aos diplomados que apresentam as trajetórias funcionais, com rápido acesso ao primeiro emprego concentrado sobretudo no distrito de Viseu, equaciona-se se esta postura inicial evidencia uma instrumentalização efetiva do diploma ou se reflete somente a falta de alternativas de emprego, no mercado de trabalho local. Relativamente aos diplomados que progrediram na carreira já projetada (sobretudo os trabalhadores-estudantes) e apresentam trajetórias profissionais evolutivas (destacando-se os cursos de CA, T e GE), é a este nível que se verifica uma efetiva rentabilização dos diplomas alcançados a nível laboral, através do desenvolvimento de um projeto profissional já instituído, o que nos permite afirmar que os diplomas potenciaram, sobretudo, carreiras já estruturadas. Por fim, os diplomados em situação de precariedade laboral manifestam trajetórias de instabilidade profissional efetiva, particularmente visível ao nível dos conteúdos de trabalho, contratos e rendimentos (destacando-se os diplomados de CS e EC que acederam rapidamente ao primeiro emprego regular).

Podemos assim referir, face aos resultados alcançados, que, neste caso específico, o diploma só revela pertinência a nível laboral no caso dos que já possuíam, antes de terminar o seu curso superior, uma atividade profissional regular e que alteraram a situação laboral, nomeadamente mudando de emprego. Podemos então concluir que a obtenção do diploma não se traduziu, até ao momento, numa melhoria significativa na qualidade laboral dos empregos detidos no último ano da formação académica ou mesmo na proteção em relação ao desemprego.

Estes dados confirmam duas populações distintas: os diplomados de CS (instabilidade e precariedade evidentes) e de EC (instabilidade nas profissões na área e rendimento mais elevados, mas precariedade contratual), mais visível ao nível da profissão exercida do que nas condições laborais, comprovando que também as formações das áreas de engenharia denotam dificuldade, sobretudo no exercício do primeiro emprego regular.

Verifica-se que, ao nível do primeiro emprego, as dificuldades de acesso não são significativas, mas a precariedade laboral a este nível é evidente. Não podemos, contudo, deixar de equacionar a pertinência do contexto geográfico regional e o enquadramento temporal para a explicitação destas tendências, equacionando a rigidez do mercado laboral. A experiência e a idade continuam a ser muito importantes no mercado laboral, sobretudo a nível da natureza dos contratos e rendimentos.

O ensino superior politécnico continua, desta forma, a cumprir um dos seus principais objetivos - o de oferecer o acesso ao ensino superior a nível regional. Porém, face aos novos desafios e contextos socioeconómicos e tendo presente a crescente competitividade entre instituições de ensino e pelo acesso ao emprego, é questionável que o mercado local tenha capacidade de absorver estes mesmos diplomados, o que reequaciona os objetivos futuros do ISPV, tendo presente o atual contexto educativo a nível nacional e europeu. Esta situação poderá justificar os resultados aqui obtidos, sobretudo no que diz respeito às dificuldades de acesso ao primeiro emprego, revelados por estes diplomados, bem como o crescente fenómeno de sobrequalificação académica em Portugal.

### **Referências bibliográficas**

- BEDUWE, C.; GIRET, J. F. (2004), “Le travail en cours d’études a-t-il une valeur professionnelle?”, in *Économie et Statistique*, 378-379, 55-79.
- BRUYERE, M.; LEMISTRE, P. (2005), “Trouver un emploi en rapport avec sa spécialité de formation : une situation rentable?”, in Giret e Lopez, *Des formations pour quels emplois?*, Paris, La Découverte.
- COUPPIÉ, T; MANSUY, D., (2006), “Youth People and New Entrants in European Labour Markets: The Timing of Gradual Integration”, in: MÜLLER, W.; GANGL, M., (Ed.), (2006), *Transitions from Education to Work in Europe – The Integration of Youth into EU Labour Markets*, Oxford, Oxford University Press, P. 63-106.
- DOERINGER, P. B; PIORE, M., (1971), *Internal Labour markets and Manpower*, Lexington, D. C. Heath.
- GAUTIE, J. (2003), “Transitions et trajectoires sur le marché du travail”, in *C.E.E.*, 59, 1-4.
- GIRET, J. F., (2000), *Pour une économie de l’insertion professionnelle des jeunes*, Paris, CNRS Éditions.
- GIVORD, P. (2005), “Formes particulières d’emploi e insertion des jeunes”, in *Économie et Statistique*, 388/389, 129-143.
- GONÇALVES, C. M. (coord.) (2009), *Licenciados, precariedade e família*, Porto, Estratégias Criativas.

- GONÇALVES C. M.; PARENTE C.; VELOSO, L. (2004), “Licenciados em sociologia e mercado de trabalho na transição do milénio”, in *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras*, XIV, 253-297.
- GPEARI/MCTES (2007), *A procura de emprego dos diplomados desempregados com habilitação superior*, Lisboa, GPEARI/MCTES.
- (2008), *Índice de Sucesso Escolar no Ensino Superior (2005-2006): cursos de formação inicial*, Lisboa, GPEARI/MCTES.
- (2009), *Diplomados no Ensino Superior [2000-2001 a 2006-2007]*, Lisboa, GPEARI/MCTES.
- IANNELLI, C.; SORO-BONMATÍ, A. (2006), “Transition Pathways in Italy and Spain: Different Patterns, Similar Vulnerability?”, in Müller e Gangl (ed.) (2006), *Transitions from Education to Work in Europe - The Integration of Youth into EU Labour Markets*, Oxford, Oxford University Press, p. 212-250.
- INE, (1991;2001), *Anuário Estatístico de Portugal*, Lisboa, INE.
- (2006c), *Anuário Estatístico da Região Centro*, Lisboa, INE.
- (2008g), *Anuário estatístico da Região Centro 2007*, Lisboa, INE.
- LEFRESNE; F., (2003), *Les jeunes et l'emploi*, Paris, La Découverte.
- MARTINS, S.; MAURITTI, R.; COSTA, A. (2005), *Condições Socioeconómicas dos Estudantes do Ensino Superior em Portugal*, Lisboa, DGES/MCTES.
- NAUZE-FICHET, E; TOMASINI, M., (2005), “Les jeunes en situation de déclassement sur le marché du travail: diversité des approchs, diversités des éclairages”, In: GIRET; LOPEZ, *Des formations pour quels emplois?*, Paris, La Découverte.
- OCES (2007), *Sucesso Escolar no Ensino Superior em 2004/05*, Lisboa, MCTES.
- PARENTE, C. (2003), “Dinâmicas de gestão do emprego”, in *Cadernos de Ciências Sociais*, 23, 61-82.
- PAUL, J. J. (1989), *Relation Formation-Emploi*, Paris, Economica.
- PIORE, M; BERGER, S., (1980), *Dualism and Discontinuity in Industrial Societies*, Cambridge, Cambridge University Press.
- ROSE, J. (1987), *En busca de Empleo - Formación, Paro, Empleo*, Madrid, Informes.
- (1998), *Les jeunes face à l'emploi*, Paris, Desclée de Brouwer.
- ROSE, J., (1998), *Les jeunes face à l'emploi*, Paris, Desclée de Brouwer.
- SOUSA (2010), *Diplomas e (Des)Emprego: um estudo de caso*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Porto, FLUP.

TEICHLER, U. (2000), “New perspectives of the relationship between higher education and employment”, in *Tertiary Education and Management*, 6, 79-92.

- (2005), *Graduados y empleo: investigación, metodología y resultados – Los casos de Europa, Japón, Argentina e Uruguay*, Buenos Aires, Niño y Dávila Editores.

– (2007), “Does Higher Education Matter? Lessons from a Comparative Graduate Survey”, in *European Journal of Education*, Vol. 42, Nº 1, 11-34.

VAZ, I. (1997), *As formas atípicas de emprego e a flexibilidade do mercado de trabalho*, Lisboa, Coleção Estudos.

VELOSO, L. (2004), *Aprendizagem e processos de identificação no espaço social do trabalho. Estudo de caso num grupo empresarial do setor eletromecânico*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.